



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREGOEIROS - PREG**

Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830  
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Análise Nº 258/2022 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/PREG

**ANÁLISE PARA HABILITAÇÃO DE LICITANTE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2022 TJ/PI**

PROCESSO SEI Nº 21.0.000092800-0

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 56/2022 CPL1(3570602) | TERMO DE REFERÊNCIA Nº 79/2022 SUSEG (3429365)

**Licitante: BRASAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (CNPJ 19.923.146/0001-37)**

<b>15.2.1.</b>	<b>CONSULTA A CADASTROS</b>	<b>Referência:</b> Documento SEI ID: 3786940	<b>Análise:</b>
a)	SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores	Pág(s). 01/03	Atende
b)	Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Portal do TCU ( <a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a> ), compreendendo: Lista de Licitantes Inidôneos, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas	Pág(s). 04/06	Atende
15.2.2.	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Pág(s). 06/07	Atende
<b>15.3.</b>	<b>HABILITAÇÃO JURÍDICA</b>	<b>Referência:</b> Documento SEI ID: 3679421	<b>Análise:</b>
b)	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva	Pág(s). 01/06	Atende
<b>15.4.</b>	<b>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA</b>	<b>Referência:</b> Documento SEI ID: 3679421	<b>Análise:</b>
a)	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda	Pág(s). 11	Atende
b)	Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede do licitante	Pág(s). 12/14	Atende
c)	Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais, à dívida ativa da União e ao Instituto Nacional de Seguridade Social, por elas administrados	Pág(s). 15/16	Atende
d)	Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante	Pág(s). 17/22	Atende
e)	Prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal	Pág(s). 23	Atende
f)	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas	Pág(s). 24	Atende
<b>15.5.</b>	<b>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	<b>Referência:</b> Documento SEI ID: 3679428	<b>Análise:</b>
	Conforme documento <i>Análise Qualif. Econ. Financ.   Qualif. Técnica - BRASAO</i> (Documentos SEI ID 3787562, 3787568).	-	Atende
<b>15.6.</b>	<b>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>	<b>Referência:</b> Documento SEI ID: 3679432	<b>Análise:</b>
	Conforme documento <i>Análise Qualif. Econ. Financ.   Qualif. Técnica - BRASAO</i> (Documentos SEI ID 3787562, 3787568).	-	Atende
<b>15.7.</b>	<b>DECLARAÇÕES EXIGIDAS</b>	<b>Referência:</b> Documento SEI ID: 3679433	<b>Análise:</b>
a)	Declaração constante em anexo a este Edital (Anexo III)	Pág(s). 05	Atende

NOTAS EXPLICATIVAS

RESULTADO

Condições de Participação | Habilitação Jurídica | Regularidade Fiscal e Trabalhista |  
Qualificação Econômico-Financeira | Qualificação Técnica

HABILITADO

Fernando Moura Rêgo Nogueira Leal  
Pregoeiro TJ/PI  
Teresina/PI, 16/novembro/2022



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Moura Rêgo Nogueira Leal**,  
Pregoeiro, em 16/11/2022, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php>  
informando o código verificador **3783678** e o código CRC **FD55B2F**.



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 19.923.146/0001-37 DUNS®: 902878567  
Razão Social: BRASAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA  
Nome Fantasia: \*\*\*\*\*  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 07/10/2022  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

**Níveis cadastrados:**

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN Validade: 13/02/2023  
FGTS Validade: 03/10/2022  
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 13/03/2023

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital Validade: 30/09/2022  
Receita Municipal Validade: 27/09/2022

**V - Qualificação Técnica**

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 30/04/2023

Emitido em: 14/09/2022 11:27

1 de 1

CPF: 047.041.663-76 Nome: FERNANDO MOURA REGO NOGUEIRA LEAL

Ass: \_\_\_\_\_



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 19.923.146/0001-37 DUNS®: 902878567  
Razão Social: BRASAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA  
Nome Fantasia: \*\*\*\*\*  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **09/10/2023**  
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**  
MEI: **Não**  
Porte da Empresa: **Demais**

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: **Nada Consta**  
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**  
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**  
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

**Níveis cadastrados:**

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN Validade: 13/02/2023  
FGTS Validade: 29/11/2022  
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 06/05/2023

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital Validade: 26/11/2022  
Receita Municipal Validade: 21/12/2022

**V - Qualificação Técnica**

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 30/04/2023



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 19.923.146/0001-37 DUNS®: 902878567  
Razão Social: BRASAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA  
Nome Fantasia: \*\*\*\*\*  
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

**Vínculo 1: Fornecedor 12.231.343/0001-46 - DIAGONAL LOCACAO DE VEICULOS LTDA**

CPF/CNPJ comum: 694.235.553-49 Vínculo com 19.923.146/0001-37: Dirigente inativo (06/07/2018 09:31). Vínculo com 12.231.343/0001-46: Sócio/Admin inativo (19/07/2017 16:48).

**Ocorrência do vínculo 1:**

Tipo da Ocorrência: **Outros Tipos de Ocorrência**  
UASG Sancionadora: 135345 - CONAB/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUI  
Âmbito da Sanção: **Órgão Sancionador**  
Prazo Inicial: 17/05/2022 Prazo Final: 17/05/2024



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 14/11/2022 14:37:54

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BRASAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**  
CNPJ: **19.923.146/0001-37**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (14/11/2022 às 14:38) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 19.923.146/0001-37.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6372.7D21.6D51.6521 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (14/11/2022 às 14:39) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 737.567.173-72.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6372.7D64.A498.6588 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)